

33  
ISSN 1414-0640

Série Documental  
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

# Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Ministério da Educação

**INEP**

Instituto Nacional de Estudos  
e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira

**MEC**

Ministério da Educação

**INEP**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

## **Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos**

Carlos Eduardo Moreno Sampaio \*

\* Mestre em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília. Funcionário de carreira do Inep e, atualmente, coordenador-geral do Sistema Integrado de Informações Educacionais da Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE/Inep).

Brasília-DF  
2009

© Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)  
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

#### ASSESSORIA TÉCNICA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA  
Rosa dos Anjos Oliveira

REVISÃO  
Antonio Bezerra Filho

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL  
Raphael C. Freitas

TIRAGEM  
1.000 exemplares

#### EDITORIA

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)  
Assessoria Técnica de Editoração e Publicações  
Edifício-sede do Inep  
SRTVS – Quadra 701, Lote 12, Bloco M – Ed. Dario Macedo, Térreo – Asa Sul  
70340-909 – Brasília-DF  
Fones: (61) 2022-3075 (61) 2022-3076 – Fax: (61) 2022-3079  
editoria@inep.gov.br

#### DISTRIBUIÇÃO

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)  
Edifício-sede do Inep  
SRTVS – Quadra 701, Lote 12, Bloco M – Ed. Dario Macedo, Térreo – Asa Sul  
70340-909 – Brasília-DF  
Fone: (61) 2022-3060  
publicacoes@inep.gov.br  
<http://www.publicacoes.inep.gov.br>

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.  
A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

---

Sampaio, Carlos Eduardo Moreno

Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos / Carlos  
Eduardo Moreno Sampaio. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

15 p. : il. – (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640 ; 33)

1. Escolaridade obrigatória. 2. Jovem. 3. Acesso ao ensino. 4. Desempenho no Enem.  
5. Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade. I. Instituto Nacional de Estudos e  
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. II. Título. III. Série.

CDU 37.014.14-053.6

---

## Sumário

### Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 Anos

RESUMO .....	5
INTRODUÇÃO .....	5
1 O GARGALO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	6
2 CUSTO DO ATRASO ESCOLAR .....	7
3 PERFIL DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO .....	10
4 JUVENTUDE E POBREZA .....	11
5 CONDIÇÕES DE ACESSO E FATORES DE EXCLUSÃO .....	12
6 FRACASSO ESCOLAR E ANALFABETISMO .....	13
7 DESEMPENHO NO ENEM POR IDADE .....	14
CONCLUSÕES .....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	16



# Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos\*

---

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

## RESUMO

*O desafio de assegurar 100% de frequência à escola para a população de 15 a 17 anos nas séries adequadas a cada idade será analisado com base no Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade, que se fundamenta nas informações da Pnad e avalia a proporção da população que já alcançou a escolaridade apropriada à sua idade. Os dados apresentados revelam que a capacidade instalada do ensino médio é insuficiente para a incorporação imediata do contingente de jovens aos quais ele se destina; a taxa de distorção idade-série indica que quase metade dos alunos tem idade superior à adequada para a série frequentada; os indicadores de fluxo escolar apontam altos índices de fracasso escolar; a maioria desse público-alvo (67,8%) provém de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo; predominam os cursos regulares noturnos e, em muitos municípios, não há oferta desse nível de ensino.*

## INTRODUÇÃO

No momento em que influentes setores da opinião pública e da mídia discutem a redução da maioria penal e pressionam fortemente o Congresso Nacional a aprovar o endurecimento de penas para crimes envolvendo menores, é oportuno refletir sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros e sobre as oportunidades educacionais que a sociedade lhes oferece. Esta reflexão pode contribuir para mostrar quem são os adolescentes e jovens que estão sendo empurrados para a delinquência e para o crime, bem como orientar a adoção de políticas públicas que possam interromper o círculo vicioso da pobreza, exclusão e violência que ameaça o futuro da juventude brasileira.

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito para ser apresentado no II Seminário de Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 6 de março de 2007, em Brasília, com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O autor recebeu importantes contribuições de Paulino Motter, Liliane Aranha Oliveira e Vanessa Nespoli, entusiastas da educação, amigos e colegas seus de longa data no Inep, aos quais deixa registrados sinceros agradecimentos.

O sistema educacional brasileiro tem como obrigatoriedade constitucional assegurar que todas as crianças, aos seis anos de idade,<sup>1</sup> ingressem no ensino fundamental e exige a frequência escolar para todos aqueles na faixa de 7 a 14 anos. Teoricamente, uma vez observada a legislação em vigor, estaria garantida a conclusão do ensino fundamental para aqueles que atingissem 15 anos. Assim, a clientela em idade adequada para frequentar o ensino médio seria a população de 15 a 17 anos. As características dessa população – que se prepara para o mercado de trabalho ou para a continuidade de seus estudos na educação superior – será o foco principal das reflexões apresentadas neste trabalho.

Apesar das amplas garantias legais que protegem o direito à educação, a realidade educacional brasileira está longe de corresponder aos anseios da sociedade. É evidente que o Brasil conquistou avanços importantes na área educacional nas últimas décadas: alunos evadidos voltaram a frequentar a escola; o acesso ao ensino fundamental deu um salto significativo, tornando-se quase universal (97,1% das crianças de 7 a 14 anos frequentam a escola); e, com a criação do Fundef, maiores recursos foram destinados ao ensino fundamental. Essas conquistas são louváveis, porém insuficientes, uma vez que não basta frequentar a escola: é preciso que os alunos alcancem os níveis mais avançados da escolaridade básica e, obviamente, obtenham a aprendizagem adequada aos anos de estudo acumulados. Isto garantirá o que podemos chamar aqui de educação de qualidade para todos e, a longo prazo, também a universalização do ensino médio, no seu sentido mais preciso.

## 1 O GARGALO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A discussão sobre a necessidade premente de ampliação do acesso ao ensino médio rumo à sua universalização está na ordem do dia (Sampaio, Goulart, Nespoli, 2006). Não é sem tempo, dado que a Constituição Federal, em seu art. 208, já preconiza a progressiva extensão da obrigatoriedade ao ensino médio. O parâmetro de comparação é o ensino fundamental, que já incluiu mais de 97% da população-alvo de 7 a 14 anos, e este índice pode dar a falsa percepção de que sua universalização está assegurada. Esta conclusão precipitada levou o célebre economista Jeffrey Sachs – encarregado pela ONU de monitorar o cumprimento, pelos países, das metas estabelecidas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – a propor ao Ministério da Educação a substituição da meta de universalização do ensino fundamental para crianças de 7 a 14 anos pela de universalizar o ensino médio para jovens de 15 a 17 anos, até 2017. Ele partiu do pressuposto de que, como registrava taxas de matrículas da ordem de 97% no ensino fundamental, o Brasil já cumprira o desafio da universalização do ensino fundamental e, portanto, deveria avançar em relação ao próximo nível de ensino.

A universalização do ensino médio – entendida como assegurar à população de 15 a 17 anos 100% de frequência à escola nas séries adequadas a cada idade – exige, necessariamente, a regularização do fluxo escolar no ensino fundamental. Sendo assim, antes de falar em universalização do ensino médio, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas no acesso.

Para dimensionar o desafio que será preciso vencer, propomos como indicador o Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade (Sampaio, Nespoli, 2004), baseado nas informações da

---

<sup>1</sup> A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera o art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece que o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, inicia-se aos seis anos de idade.

Pnad, que avalia a proporção da população que já alcançou a escolaridade (concluiu o número de séries) adequada à sua idade.

Apesar de o Brasil ter avançado bastante nos últimos 10 anos, ainda é grande o caminho a ser percorrido para garantir, por exemplo, que os jovens de 19 anos tenham alcançado 11 anos de escolaridade, ou seja, completado a educação básica. No Brasil, apenas 38% conseguem essa façanha. No Nordeste, apenas 22%.

**Tabela 1 – Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade por Idade, segundo o Ano – Brasil e Regiões 1996/2005**

Ano/Região Geográfica	Idade												
	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	9 a 16 anos	17 a 19 anos
<b>1996</b>													
Brasil	0,73	0,66	0,57	0,53	0,46	0,39	0,35	0,29	0,24	0,21	0,18	0,49	0,21
Norte	0,67	0,55	0,48	0,43	0,35	0,26	0,23	0,20	0,17	0,15	0,10	0,39	0,14
Nordeste	0,49	0,41	0,32	0,26	0,23	0,19	0,18	0,14	0,13	0,11	0,09	0,28	0,11
Sudeste	0,89	0,80	0,72	0,69	0,59	0,52	0,46	0,39	0,32	0,28	0,22	0,63	0,28
Sul	0,89	0,85	0,79	0,73	0,62	0,54	0,49	0,41	0,30	0,27	0,24	0,66	0,27
Centro-Oeste	0,79	0,72	0,63	0,58	0,48	0,38	0,33	0,27	0,24	0,16	0,18	0,52	0,20
<b>2005</b>													
Brasil	0,89	0,85	0,80	0,76	0,69	0,64	0,60	0,55	0,47	0,43	0,38	0,72	0,43
Norte	0,81	0,75	0,65	0,62	0,55	0,45	0,45	0,36	0,30	0,27	0,23	0,59	0,27
Nordeste	0,82	0,75	0,68	0,62	0,51	0,45	0,40	0,36	0,28	0,25	0,22	0,58	0,25
Sudeste	0,95	0,92	0,89	0,85	0,81	0,77	0,74	0,69	0,62	0,57	0,51	0,83	0,57
Sul	0,94	0,92	0,88	0,85	0,80	0,77	0,72	0,65	0,58	0,54	0,49	0,82	0,54
Centro-Oeste	0,93	0,89	0,86	0,82	0,72	0,68	0,63	0,59	0,47	0,45	0,38	0,77	0,43

Fonte: IBGE – PNADs 1996 e 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Em 1996, exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## 2 CUSTO DO ATRASO ESCOLAR

Diante deste quadro, é indispensável para o desenho das políticas públicas em educação saber quem são e onde estão os jovens de 15 a 17 anos. Os dados da Pnad e do Censo Escolar oferecem valiosas pistas para responder a essas perguntas. Segundo a Pnad 2005, a taxa de frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos é de 81,7% de uma população estimada em 10,6 milhões de jovens. No entanto, somente pouco mais da metade desses estudantes está frequentando o ensino médio. Se observarmos a taxa de escolarização bruta, identificamos que a capacidade instalada de atendimento no ensino médio regular equivale a 80,7% da coorte de 15 a 17 anos.

**Tabela 2 – Taxa de Frequência à Escola ou Creche – Brasil – 1996/2005**

Ano	Faixa Etária				
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
1996	7,4	53,8	91,2	69,4	28,4
2003	11,7	68,4	97,2	82,4	34,0
2005	13,0	72,0	97,3	81,7	31,6

Fonte: IBGE – Pnads 1996, 2003 e 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Exclusive a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP para 1996 e 2003.



**Tabela 3 – Taxas de Escolarização Bruta e Líquida por Nível de Ensino – Brasil – 1996/2005**

Nível de Ensino/Ano	Taxa de Escolarização Bruta	Taxa de Escolarização Líquida
<b>1996</b>		
Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	112,3	86,5
Ensino Médio (15 a 17 anos)	50,7	24,1
Educação Superior (18 a 24 anos)	9,3	5,8
<b>2003</b>		
Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	119,3	93,8
Ensino Médio (15 a 17 anos)	81,1	43,1
Educação Superior (18 a 24 anos)	18,6	10,6
<b>2005</b>		
Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	117,1	94,4
Ensino Médio (15 a 17 anos)	80,7	45,3
Educação Superior (18 a 24 anos)	19,9	11,2

Fonte: IBGE – Pnads 1996, 2003 e 2005. Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP para 1996 e 2003.

O que indicam esses números?

Em primeiro lugar, a capacidade instalada do ensino médio seria insuficiente para a incorporação imediata de todo o contingente de jovens de 15 a 17 anos que deveria frequentar esse nível de ensino.<sup>1</sup> Portanto, caso seja regularizado o fluxo do ensino fundamental, haverá necessidade de se expandir o ensino médio a fim de garantir o acesso a esse nível para os jovens que continuam retidos no ensino fundamental ou que já abandonaram o sistema. Afinal, se 81,7% estão na escola (Tabela 2) e apenas a metade está no ensino médio, é razoável supor que os demais ainda se encontram no ensino fundamental e, portanto, atrasados em seus estudos em relação à idade. Por outro lado, em função do atraso escolar acumulado no ensino fundamental, o jovem que sobrevive no sistema chega ao ensino médio com a idade defasada.

A taxa de distorção idade-série do ensino médio, segundo dados do Censo Escolar 2005, é de 46,3%, o que indica que quase a metade dos alunos nesse nível de ensino tem idade superior à adequada à série frequentada. Este fenômeno contribui para as elevadas taxas de distorção da idade de conclusão deste nível de ensino, isto é, cerca de 40% dos concluintes do ensino médio têm idade superior a 17 anos.

Estas considerações ficam demonstradas, de maneira mais clara, pela análise dos indicadores de fluxo escolar (Klein, 2003). Em um sistema de ensino de progressão seriada, estes indicadores são um valioso instrumento para se acompanhar a trajetória dos alunos e medir a eficiência das redes de ensino e a capacidade do sistema para produzir concluintes. Os indicadores de fluxo tornaram possível desvendar um dos problemas crônicos da educação brasileira, ou seja, os altos índices de fracasso escolar dos alunos, que, apesar de passarem em média aproximadamente 10

<sup>2</sup> A regularização do Fluxo Escolar no ensino fundamental exigiria a reorganização das redes de ensino para o aproveitamento da capacidade física e de recursos humanos já instalados.

anos na escola básica (ensino fundamental + ensino médio), completam com sucesso pouco mais de 7 séries, portanto, menos do que a escolaridade obrigatória (ensino fundamental).

Tais indicadores foram estimados pela simulação de fluxo escolar considerando as taxas de transição (promoção, repetência e evasão) obtidas pelo Censo Escolar do Inep e são muito próximos ao valor do indicador de escolaridade média da população brasileira obtido pela Pnad, que é de 6,9 anos de estudo ou séries concluídas com aprovação, para o ano de 2005, considerando a população de 15 anos ou mais de idade.

Mesmo que tenham diminuído nos últimos anos, as taxas de repetência no Brasil continuam elevadas e muito acima dos índices registrados por países com níveis de desenvolvimento equivalente ou até mesmo inferior ao nosso.

Com taxas de promoção ainda distantes do ideal e taxas de repetência e evasão estagnadas em patamares bastante elevados, o quadro atual é caracterizado pelo inchaço do sistema e pelas baixas taxas de conclusão do ensino fundamental. Um número expressivo daqueles que concluem esse nível de ensino o faz em idade superior à considerada adequada e muitos nem sempre ingressam no ensino médio.

Portanto, a rigor, só se pode falar em universalização do acesso em relação ao ensino fundamental. Universalizar o ensino, pelo conceito aqui utilizado, pressupõe, além do acesso, a permanência, a progressão e a conclusão na idade adequada, ou seja, aos 15 anos de idade para o ensino fundamental e aos 18 anos para o ensino médio.

**Tabela 4 – Taxas de Transição (Promoção, Repetência e Evasão) por Série – Brasil – 1981/2004**

Indicador/Ano	Ensino Fundamental									Ensino Médio			
	Total	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
<b>Taxa de Promoção</b>													
1981	57,5	40,0	65,2	69,0	67,9	55,0	60,7	65,4	65,3	66,9	54,2	68,9	86,9
1991	60,4	51,1	60,3	68,3	67,5	52,2	59,1	64,6	65,8	63,1	50,5	66,5	84,8
2004	72,0	68,5	75,2	79,8	77,0	66,0	69,5	72,2	67,3	67,9	57,9	69,3	82,2
<b>Taxa de Repetência</b>													
1981	35,3	58,0	28,2	21,7	17,9	32,6	29,0	26,2	19,7	25,0	34,0	23,7	10,3
1991	33,2	47,9	35,1	24,8	21,1	37,8	31,3	27,3	21,0	30,7	41,1	28,0	12,5
2004	21,1	30,5	21,2	15,8	15,6	25,4	20,7	17,8	18,3	22,5	29,7	19,8	14,4
<b>Taxa de Evasão</b>													
1981	7,2	2,0	6,6	9,3	14,2	12,4	10,3	8,4	15,0	8,1	11,8	7,4	2,8
1991	6,4	1,0	4,6	6,9	11,4	10,0	9,6	8,1	13,2	6,2	8,4	5,5	2,7
2004	6,9	1,0	3,6	4,4	7,4	8,6	9,8	10,0	14,4	9,6	12,4	10,9	3,4

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.

Em segundo lugar, além dos que estão atrasados, é necessário considerar a parcela que está fora da escola, que representa um percentual de 18% do total da população de 15 a 17 anos. As razões para esta situação geralmente envolvem o fracasso escolar no ensino fundamental, fatores socioeconômicos desfavoráveis e, também, a dificuldade de acesso ao ensino médio, que não é obrigatório no País.

É preciso que se leve em conta, ainda, que existem municípios, em todas as regiões, nos quais não há a oferta desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar 2006, 61 municípios não têm escola que ofereça o ensino médio regular, enquanto em outros 34 a oferta é incompleta, ou seja, não são oferecidas as três séries que compõem esse nível de ensino,

totalizando 95 municípios. Os piores números são encontrados no Sul e no Sudeste, onde, respectivamente, em 24 e 19 municípios, ou as escolas não têm ensino médio ou, quando o têm, não oferecem todas as séries.

O quadro é mais preocupante em relação à oferta do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se encontra ausente em mais da metade dos municípios brasileiros. Conforme analisado anteriormente, como a maioria dos jovens que chega ao ensino médio tem idade mais avançada, a expansão da oferta na modalidade de EJA coloca-se como uma prioridade.

**Tabela 5 – Número de Municípios que Oferecem Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2006**

Brasil e Região Geográfica	Número de Municípios							
	Total	Sem E. Médio		Com E. Médio				
		Total	%	Total	Incompleto	%	Completo	%
<b>Brasil</b>	<b>5.564</b>	<b>61</b>	<b>1,1</b>	<b>5.503</b>	<b>34</b>	<b>0,6</b>	<b>5.469</b>	<b>98,3</b>
Norte	449	2	0,4	447	0	0,0	447	99,6
Nordeste	1.793	15	0,8	1.778	18	1,0	1.760	98,2
Sudeste	1.668	19	1,1	1.649	0	0,0	1.649	98,9
Sul	1.188	24	2,0	1.164	15	1,3	1.149	96,7
Centro-Oeste	466	1	0,2	465	1	0,2	464	99,6

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.

**Tabela 6 – Número de Municípios sem Ensino Médio Oferecido em Cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Brasil e Regiões – 2006**

Brasil e Região Geográfica	Número de Municípios		
	Total	Sem Ensino Médio oferecido em cursos presenciais de EJA	Sem Ensino Médio oferecido em cursos semi-presenciais de EJA
<b>Brasil</b>	<b>5.564</b>	<b>3.077</b>	<b>2.864</b>
Norte	449	214	209
Nordeste	1.793	1.145	1.120
Sudeste	1.668	785	620
Sul	1.188	758	740
Centro-Oeste	466	175	175

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.

### 3 PERFIL DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

Outra característica do ensino médio é a predominância de cursos regulares no período noturno – esta situação é típica do ensino público. Em 2001, o ensino médio público chegou a ter 57% da sua matrícula no período noturno, enquanto no ensino privado esse percentual era de apenas 14%. Em 2006, apesar da mudança de tendência quanto a essa distribuição, 48% dos alunos da rede pública estavam matriculados no período noturno. Na rede privada, esse percentual caiu para menos da metade do que era em 2001, chegando a 6%. Esta questão merece uma investigação mais apurada quanto às suas razões. A forte concentração da oferta no período noturno tanto pode ser uma resposta à demanda como um reflexo da precariedade da

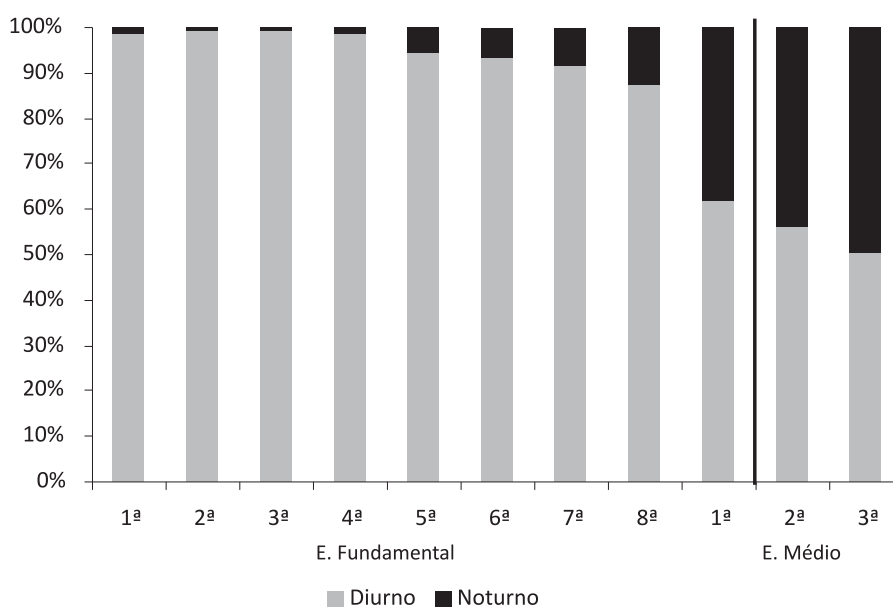
infraestrutura das redes públicas de ensino. É sabido que, na maioria dos Estados, o ensino médio continua “hospedado” nos estabelecimentos de ensino fundamental.

De qualquer maneira, o fato de que cerca da metade da matrícula do ensino médio público está concentrada no turno noturno demonstra uma distorção no atendimento de um público que, em princípio, deveria ser composto, majoritariamente, por jovens na faixa de 15 a 17 anos.

**Tabela 7 – Matrícula no Ensino Médio por Dependência Administrativa segundo o Turno – Brasil – 2001/2006**

Ano/Turno	Matrícula					
	Total Geral	Pública				Particular
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>2001</b>						
Diurno	4.093.373	3.129.526	77.920	2.973.899	77.707	963.847
Noturno	4.304.635	4.154.002	10.617	3.988.431	154.954	150.633
<b>2006</b>						
Diurno	5.090.310	4.090.818	65.478	3.957.777	67.563	999.483
Noturno	3.816.510	3.747.259	2.163	3.626.614	118.482	69.251

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.



**Gráfico 1 – Distribuição da Matrícula por Série e Turno – Brasil – 2006**

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.

#### 4 JUVENTUDE E POBREZA

Mas... qual é o perfil da população de 15 a 17 anos? Segundo os dados da Pnad 2005, 67,8% desses jovens são provenientes de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo. São, portanto, na sua imensa maioria, jovens de baixa renda. No Nordeste, o percentual de jovens oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo chega

a expressivos 86%. As condições materiais de sobrevivência desses jovens são, portanto, bastante precárias, o que se constitui sério obstáculo à acumulação de capital educacional.

Pode-se afirmar, assim, que qualquer política pública destinada aos jovens brasileiros nessa faixa etária deverá considerar seu baixo poder aquisitivo, mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas; quando frequentam escola, eles o fazem predominantemente na rede pública. Daí a importância crucial da melhoria da escola pública para que esses jovens recebam uma educação de qualidade, sem a qual o seu futuro é, no mínimo, incerto.

**Tabela 8 – População de 15 a 17 Anos, por Renda Familiar *Per Capita* (em Salário Mínimo) Brasil e Regiões – 2005**

Brasil e Região Geográfica	População de 15 a 17 anos								
	Total	Renda Familiar Per Capita (em SM)							
		Até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 até 2	Mais de 2 até 3	Mais de 3 até 5	Mais de 5	Sem declaração	Sem rendimento
<b>Brasil</b>	<b>10.646.814</b>	<b>4.156.805</b>	<b>3.056.958</b>	<b>1.949.075</b>	<b>576.098</b>	<b>386.282</b>	<b>274.432</b>	<b>179.463</b>	<b>67.701</b>
Norte	<b>921.057</b>	453.073	268.759	123.073	29.275	22.034	14.847	7.980	2.016
Nordeste	<b>3.276.857</b>	2.090.128	732.641	249.785	69.752	40.941	30.203	44.312	19.095
Sudeste	<b>4.248.764</b>	1.064.988	1.346.322	1.023.485	310.482	201.790	156.929	112.562	32.206
Sul	<b>1.428.861</b>	323.741	445.806	393.178	122.396	80.580	44.054	10.959	8.147
Centro-Oeste	<b>771.275</b>	224.875	263.430	159.554	44.193	40.937	28.399	3.650	6.237

Fonte: IBGE - Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

## 5 CONDIÇÕES DE ACESSO E FATORES DE EXCLUSÃO

Ainda segundo os dados da Pnad 2005,<sup>1</sup> dos 8,9 milhões de jovens que frequentam a escola em qualquer nível, 50,1% são mulheres, demonstrando que o quesito gênero não se apresenta como um fator de discriminação de acesso à educação em nosso País. A maternidade precoce é uma experiência vivida por 1,6% das jovens estudantes. Todavia, ao analisar o grupo que não frequenta a escola, observa-se com espanto que 28,8% das jovens de 15 a 17 anos já são mães, o que indica claramente que o fenômeno da gravidez na adolescência está associado ao abandono da escola, principalmente quando aliado à baixa condição socioeconômica.

Quanto ao quesito cor ou raça, enquanto para o grupo que frequenta a escola esta característica apresenta uma certa paridade e se mostra próxima da distribuição da população brasileira, predominantemente miscigenada – 53% dos estudantes se declararam “não brancos” –, para a população que não frequenta a escola esta característica reflete um quadro de desigualdade, com mais de 3/5 dos jovens se declarando “não brancos”. A exclusão educacional no Brasil tem, portanto, um forte componente étnico-racial.

Em relação à condição de atividade entre a população de 15 a 17 anos que frequenta escola, 35,5% é economicamente ativa e 24,4% trabalhou na semana de referência da pesquisa. Ao analisarmos este quesito entre o contingente que não frequenta a escola, os resultados são 56,6% e 43,7% respectivamente.

<sup>3</sup> Os valores foram calculados a partir dos Microdados da PNAD 2005, considerando a variável “ano de nascimento”.

**Tabela 9 – Condição de Atividade Econômica da População de 15 a 17Anos – Brasil – 2005**

Condição de Atividade	Frequenta Escola	Não Frequenta Escola
Trabalhou ou procurou emprego	35,5%	56,6%
Não economicamente ativa	64,5%	43,4%

Fonte: IBGE - Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

**Tabela 10 – Condição de Ocupação na População de 15 a 17 Anos que Trabalha ou Procura Emprego Brasil – 2005**

Condição de Ocupação	Frequenta Escola	Não Frequenta Escola
Trabalhou na semana de referência	24,6%	43,7%
Não trabalhou na semana de referência	75,4%	56,3%

Fonte: IBGE - Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Tais resultados sugerem que esta é uma população que busca colocação no mercado de trabalho, mesmo frequentando a escola e, em geral, no período noturno. O ensino médio integrado à educação profissional deve ser incentivado como alternativa para garantir a estes jovens a oportunidade de qualificação para o trabalho, sem o que estarão irremediavelmente condenados ao desemprego ou subemprego. Deve constituir-se, portanto, alta prioridade governamental promover a ampliação da oferta de ensino médio integrado à educação profissional. A atribuição de fator de diferenciação mais elevado a essa modalidade de ensino na repartição dos recursos do Fundeb poderá criar um poderoso incentivo à sua expansão pelas redes estaduais de ensino.

## 6 FRACASSO ESCOLAR E ANALFABETISMO

O Brasil tem empreendido grandes esforços no sentido de garantir escolaridade à sua população, sobretudo às crianças em idade escolar, e de promover a alfabetização daqueles que não tiveram acesso à escola ou que, apesar de nela terem ingressado, não conseguiram sequer se alfabetizar. São ações integradas e complementares que pretendem melhorar o quadro atual da educação nacional. Um dos aspectos que sempre mereceu a atenção do poder público foi o da alfabetização de adultos. As taxas de analfabetismo no Brasil têm declinado nos últimos anos, embora em ritmo mais lento que o desejável. Os esforços para oferecer oportunidades educacionais aos adultos não-alfabetizados, por meio de iniciativas como o Programa Brasil Alfabetizado, têm alcançado resultados ainda modestos, mas é necessário persistir, aprimorando os programas de alfabetização e de EJA, já que se trata de assegurar um direito fundamental de cidadania.

Entretanto, é importante observar que, para a redução consistente do analfabetismo adulto, é essencial que o País deixe de produzir analfabetos. Para ilustrar este fato, apresentamos a seguir os dados sobre a população brasileira com 15 anos ou mais segundo sua condição de alfabetização. Cabe destacar que, no alvorecer do século 21, ainda não fomos capazes de estancar a reprodução do analfabetismo – basta observar o número de analfabetos de 15 anos. Este con-

tingente é resultado direto do fracasso escolar recente no País. O que chama a atenção é que cerca de 2% dos analfabetos têm 15 anos e quase 1/3 deles já frequentou a escola.

**Tabela 11 – População de 15 Anos e/ou Mais – Total, Analfabeta e Analfabeta que já Frequentou Escola – Brasil – 1996/2005**

Ano	População de 15 anos ou mais	População Analfabeta de 15 anos ou mais	População de 15 anos		
			Total	Analfabeta	Analfabeta que já frequentou escola
1996	106.169.456	15.560.260	<b>3.522.988</b>	198.032	67.344
1999	113.081.110	15.073.055	<b>3.410.803</b>	120.746	40.839
2001	121.011.469	14.954.166	<b>3.496.299</b>	89.771	37.919
2003	126.663.613	14.635.519	<b>3.530.120</b>	72.507	26.442
2005	135.482.389	14.970.484	<b>3.451.203</b>	64.094	20.921

Fonte: IBGE - Pnad 2005; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Excluída a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP para 1996, 1999, 2001 e 2003.

## 8. DESEMPENHO NO ENEM POR IDADE

Outro aspecto que merece atenção é o desempenho escolar dos jovens estudantes brasileiros. Apresentamos a seguir os resultados do último Exame Nacional do Ensino Médio, destacando o desempenho dos alunos concluintes de 2006. Sem aprofundar a análise dos resultados apresentados, cabe destacar que os alunos que estão concluindo o ensino médio com até 18 anos de idade, independentemente da rede em que estudam, têm desempenho superior quando comparados com aqueles com idade mais avançada, o que reforça as observações feitas no início deste artigo sobre os impactos negativos da distorção idade/série.

**Tabela 12 – Desempenho Médio na Parte Objetiva da Prova do Enem, por Situação em relação ao Ensino Médio e Dependência Administrativa da Escola – Brasil e Regiões – 2005-2006**

Brasil e Região Geográfica	Concluintes do Ensino Médio 2005					Concluintes do Ensino Médio 2006				
	Geral <sup>(1)</sup>	Pública		Particular		Geral <sup>(1)</sup>	Pública		Particular	
		Até 18 anos	Mais de 18 anos	Até 18 anos	Mais de 18 anos		Até 18 anos	Mais de 18 anos	Até 18 anos	Mais de 18 anos
<b>Brasil</b>	<b>37,58</b>	<b>36,19</b>	<b>29,42</b>	<b>55,08</b>	<b>39,25</b>	<b>35,52</b>	<b>33,72</b>	<b>28,99</b>	<b>49,96</b>	<b>34,54</b>
Norte	32,24	33,25	27,80	49,82	34,52	31,05	31,05	27,17	44,80	32,30
Nordeste	33,77	33,32	27,71	52,04	35,85	32,68	31,21	27,34	46,54	32,18
Sudeste	39,53	36,71	30,78	56,82	43,08	37,04	34,09	30,12	51,60	36,42
Sul	39,58	38,07	32,32	54,39	36,93	37,62	35,92	32,36	49,45	35,35
Centro-Oeste	36,58	35,71	29,57	52,44	36,22	34,73	33,33	29,04	48,22	33,15

Fonte: MEC/Inep/DTDIE.

Nota: (1) Considera todos os concluintes independente da dependência administrativa.

## CONCLUSÕES

Apesar do seu alto grau de descentralização e segmentação, o sistema brasileiro de educação básica e seus agentes têm se mostrado bastante sensíveis aos incentivos criados pelo governo federal, o que é confirmado pela “resposta” rápida ao Fundef (ampliação da matrícula no ensino fundamental) e aos programas específicos voltados à permanência da criança na escola (Bolsa Escola, Bolsa Família, entre outros).

Todavia, a estagnação dos indicadores de fluxo escolar do ensino fundamental verificada nos últimos anos sugere que os efeitos iniciais do Fundef perderam fôlego, indicando claramente os limites de uma estrutura de incentivo baseada exclusivamente no quantitativo de matrículas. A garantia de repasse de recursos com base no número de alunos atendidos, independentemente do desempenho de indicadores de qualidade e produtividade, parece ter gerado acomodação dos agentes responsáveis pelas redes de ensino fundamental público.

Esta constatação deve ser devidamente considerada na implementação do Fundeb, a partir deste ano, e na revisão dos mecanismos de transferência voluntária do MEC. Uma ideia a ser explorada seria a de atrelar a alocação mínima aceitável por aluno a indicadores de eficiência, como aprovação, conclusão e desempenho, considerando, para não gerar distorções, não o valor bruto do indicador, mas a sua melhoria ao longo do tempo.

De fato, a atual situação da educação básica brasileira é consequência direta da baixa qualidade da oferta e do contexto em que ela se dá. A análise e compreensão desse quadro, visando sua reversão, deve levar em conta o fato de que a qualidade da educação traz implícitos múltiplos significados. O exame da realidade educacional, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia quão diversos são os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis do processo educativo, considerando a produção, organização, gestão e disseminação de conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

O desencanto dos jovens com a escola e sua exclusão precoce do sistema educacional estão na raiz dos problemas sociais que alguns setores querem solucionar por meio de medidas repressivas e punitivas. Se quisermos evitar a barbárie decorrente de um País desigual, o único caminho é devolver aos jovens o direito de sonhar com um futuro. Para isso, o primeiro passo é criar oportunidades educacionais no presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KLEIN, Ruben. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo dos indicadores do fluxo escolar da educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 107-157, jan./dez. 2003.

SAMPAIO, Carlos E. Moreno; NESPOLI, Vanessa. Índice de Adequação Idade-Anos de Escolaridade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 85-100, jan./dez. 2004.

SAMPAIO, Carlos E. Moreno; GOULART, Orosinda M. Taranto; NESPOLI, Vanessa. *O desafio da universalização do ensino médio*. Brasília: MEC/Inep, 2006. (Série Documental. Textos para Discussão, 22).



